

Estudo Técnico Preliminar 13/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08410.000911/2025-83

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação tem como objetivo atender às necessidades dos serviços de vigilância patrimonial armada, diurna e noturna, carga horária de 12 x36, de forma a garantir a segurança das instalações da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí e da Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI e assegurar a integridade física dos servidores e dos que eventualmente transitam nas instalações do Órgão, não permitindo a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio, decorrente da ação de terceiros ou de pessoas da própria Instituição.

2.2 Trata-se de serviços prestados de forma contínua pela sua essencialidade, pois visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção compromete a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

2.3 Os serviços terceirizados demandados destinam-se à realização de atividades administrativas, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal do Órgão, conforme dispõe o Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, necessários ao bom funcionamento da SR/PF /PI e DPF/PHB/PI, e não inerentes às atribuições de cargos de seu quadro de servidores.

2.4 O Decreto-Lei nº 200/67, em seu art. 10, §7º, autoriza a Administração a contratar a execução de tais tipos de atividades para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

2.5 A Portaria n.º 443/ MPDG, de 27/12/2018, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta.

Art. 1º da Portaria n.º 443/ MPDG, de 27/12/2018:

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

...

XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;

2.6 A Instrução Normativa nº 05/2017-SEGES/MPDG, prevê a contratação do objeto:

Dos Serviços Passíveis de Execução Indireta

Art. 7º Nos termos da legislação, serão objeto de execução indireta as atividades previstas em Decreto que regulamenta a matéria.

§1º A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.

2.7 Considerando que a contratação é imprescindível às atividades do órgão podendo, sua paralisação, comprometer a continuidade das atividades nas unidades descentralizadas, caracteriza-se como serviço de natureza continuada.

2.8 Diante dos fatos apresentados, verifica-se a necessidade da contratação, considerando que os serviços pretendidos são necessários ao bom funcionamento da estrutura administrativa e fundamental ao desenvolvimento das atividades do Órgão e não possui correlação com as atribuições dos cargos previstos no quadro de pessoal da Polícia Federal.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SR/PF/PI	THOMAZ VICTOR BARROS ALBUQUERQUE
SR/PF/PI	MAYKELLANE SILVA SANTOS
DPF/PHB/PI	CAMILO MAGALHÃES DA TRINDADE

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os serviços deverão ser prestados nas unidades sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí - SR/PF/PI e sede da Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI - DPF/PHB/PF na carga horária de 12x36 diurna e 12x36 noturna. Além disso, em conformidade com as especificações mínimas exigidas pela Contratante, descritas neste instrumento e no Termo de Referência.

4.2 A empresa contratada deverá ser especializada e certificada para a prestação dos serviços de vigilância com autorização para atuar no Piauí. A equipe deverá possuir a qualificação técnica para o exercício da atividade e respeitar os princípios de urbanidade mínimos para a atuação. Importante frisar que a contratação compreende a disponibilização da mão-de-obra (vigilantes), e o fornecimento de uniformes condizentes com a atividade e confeccionados em material de qualidade. Também faz-se necessário o fornecimento de materiais e equipamentos pertinentes e necessários à execução que serão especificados no Termo de Referência. As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de atestados de capacidade técnica que comprovem o gerenciamento de serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, em acordo com o instrumento convocatório.

4.3 Definição apresentada na Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de serviços contínuos:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do Órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.4 No caso em concreto, considerando que os serviços a serem contratados visam manter a continuidade dos serviços e das instalações prediais da instituição em perfeita ordem, preservação e consequentes condições de uso da instituição.

4.5 A interrupção dos serviços geraria prejuízo ao desempenho das atividades fins e acessórias, visto que visam manter em plena funcionalidade os serviços prestados aos usuários internos e externos.

4.6 Por se tratar de serviço de caráter continuado, o contrato deverá ter inicialmente vigência de 5 anos, contado da data da assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1 A vigência plurianual de 5 anos, justifica-se por vantagens econômicas e processuais, com menor dispêndio em mão-de-obra quando das prorrogações em trabalhos repetitivos e trâmites processuais longos que empregam muito tempo da pouco mão-de-obra disponível da instituição.

4.7 Sustentabilidade: A CONTRATADA fica obrigada a adotar os termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de Janeiro de 2010, notadamente o disposto em seu Art. 6º, no que for aplicável.

4.8 As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Contrato.

4.9 Subcontratação.

4.9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

4.9.2 A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase, etapa ou aspecto requeira a participação de terceiros em razão dos princípios da especialização e da concentração de atividades, o que não é o caso.

4.10 Participação de Empresas sob a forma de Consórcio.

4.10.1 Não será admitida a participação de empresas sob forma de consórcio.

4.10.2 A participação de consórcios, faz-se necessário que o objeto contratual seja complexo, de grande vulto ou, ainda, que seja uma prática de mercado, o que não é o caso. Vale ressaltar que o consórcio poderá, também, cercear a competitividade entre os licitantes, uma vez que reduz o universo de disputa.

4.11 Participação de Sociedades Cooperativas.

4.11.1 Não será admitida a participação de cooperativas no procedimento licitatório, considerando que o objeto trata-se de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra. Além disso, as cooperativas são compostas por membros que podem ter alta rotatividade e ainda, considerado que as cooperativas têm uma natureza jurídica particular, com regras próprias de funcionamento que podem dificultar o controle e a responsabilização pela inexecução do contrato, e ainda considerando as dificuldades em garantir que as cooperativas cumpram integralmente suas obrigações trabalhistas, são essas as justificativas que colaboram para a não participação de cooperativas os certame licitatório.

4.11.2 Neste caso, a atuação dos cooperados na execução do objeto contratado apresentará subordinação, pessoalidade e habitualidade, fato que traduz vínculo de emprego dos colaboradores em relação à empresa contratada. Assim ficará afastada a possibilidade da sua realização por uma sociedade cooperativa, conforme dispõe o art. 5º da lei 12.690/2012:

Art. 5º A Cooperativa de Trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada.

4.12 Quanto à exigência de qualificação técnica e econômica:

4.12.1 Qualificação Técnica:

4.12.1.1 O atestado de capacidade técnica é o documento destinado à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto de uma licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

4.12.1.2 Em outras palavras, este documento servirá para que a contratante tenha conhecimento se a licitante possui qualificação técnica profissional e/ou operacional para executar o objeto indicado no edital, sua finalidade é, também, a de demonstrar que a licitante atuou no ramo pertinente ao objeto.

4.12.1.3 Deste modo, tal exigência faz-se necessária uma vez que reflete as melhores práticas nas contratações públicas

4.12.1.4 Diante disso, mister reconhecer que a contratação de terceirização de serviços continuados não se traduz em tarefa fácil, aliás pelo contrário, a Administração a duras penas e com frequência enfrenta problemas na execução neste tipo de contrato, como interrupções na prestação dos serviços, resultando em prejuízos à administração e encerramento prematuro de contratações que poderiam perpetuar por até 120 (cento e vinte) meses.

4.12.1.5 Natural então que crie regras para inibir este cenário, dentre as dificuldades de contratação em contratos desta natureza não raramente nos deparamos com a contratação de empresas inexperientes, resultante da fragilidade nos critérios adotados nos editais, os quais não se demonstram adequados aos serviços contínuos.

4.12.2 Qualificação econômica:

4.12.2.1 Verificamos que na mesma linha da qualificação técnica reflete as melhores práticas da Administração Pública.

4.12.2.2 Das exigências:

- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- LIQUIDEZ GERAL: indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período;
- LIQUIDEZ CORRENTE: indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo;
- SOLVÊNCIA GERAL: expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em ativos (totais) para pagamento do total de suas dívidas. Envolve, além dos recursos líquidos, também os permanentes.

** Para os três índices mencionados, o resultado “>= 1” (maior ou igual a um) é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo que quanto maior o resultado melhor será a condição da empresa.*

- PATRIMONIO LIQUIDO: O patrimônio líquido (PL) representa tudo o que a empresa possui, já descontando tudo o que ela deve.

* Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

- Os índices em questão têm como escopo indicar se a empresa tem condições de cumprir as obrigações decorrentes da execução do contrato, tais como salários e encargos trabalhistas, que incorrem previamente aos pagamentos recebidos.
- Refletem a saúde financeira e econômica da empresa de uma gestão que possibilite a execução de um contrato com a Administração Pública que, em regra, requerem mais responsabilidades e rigor.
- Portanto, a adoção dos índices não viola o caráter competitivo do certame, uma vez que reflete apenas a necessidade da Administração na aferição da capacidade de execução do contrato, por meio da aferição do equilíbrio da situação financeira e econômica do fornecedor, sendo compatíveis com a complexidade exigida no objeto.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa fornecedora do objeto deste processo administrativo dado que este é de caráter acessório e de apoio.

5.1.1 Tendo em vista tratar-se de serviços com mão de obra exclusiva e que há CCT da categoria na região, os preços estimados foram levantados em planilha de custo e formação de preços, com utilização de todos os tributos e benefícios legais para a contratação.

5.1.2 Quanto ao sistema de postos diurnos e noturnos, pelas experiências anteriores e atuais, é o que atende a necessidade da Administração

5.2 Pelo acompanhamento através da fiscalização não se verifica sobrecarga de mão obra ou ociosidade.

5.3 Pelo exposto, justifica-se como solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração.

5.4 Definida esta linha de atuação, passou-se ao levantamento de preços a fim de construir o valor de referência dos serviços, no caso, deve-se seguir as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, utilizando os seguintes meios de precificação:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução escolhida para o atendimento da necessidade da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí foi a contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuados de vigilância armada, diurna e noturna na carga horária de 12x36 de segunda a domingo, por Pregão Eletrônico. O processo licitatório em questão irá atender as unidade SR/PF/PI e DPF/PHB/PI. Deverá ser licitado como um grupo para cada unidade, que separadamente e realizará o acompanhamento dos serviços no local. Ressalta-se que a natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do inc. XIII do art. 6º, da Lei nº 14.133 /2021, tendo que seus padrões de desempenho e qualidade são definidos por meio de especificações usuais de mercado.

6.2 Para que a contratação produza os resultados pretendidos pela Administração, deverá ser observado a descrição, atribuições dos cargos, além dos equipamentos essenciais para a efetiva execução das atividades pertinentes, conforme citados abaixo: Das Atribuições e da Qualificação dos profissionais: A prestação dos serviços de vigilância prevista neste estudo segue o que determina o artigo VI da IN nº 05/2017, bem como em seu Anexo VI, e o Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego - CBO - nº 5173-30 (vigilante). Estes dispositivos envolvem a alocação de mão de obra capacitada por meio dos postos fixados pela SR/PF/PI e DPF/PHB/PI. Para o cargo de vigilante, com supervisão permanente, a qualificação mínima será:

- Ensino Fundamental, por instituição aprovada pelo MEC;
- Curso de formação e/ou reciclagem de vigilantes, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 7.102/83;
- Não ter antecedente civil ou criminal registrado;
- Autodomínio; e Iniciativa.

6.3 As atribuições para o cargo de vigilante compreenderão:

6.3.1 Prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e outras irregularidades, dentro do Órgão, em seus estacionamentos e áreas adjacentes.

6.3.2 Zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das Leis e regulamentos.

6.3.3 Controlar a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito.

6.3.4 Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar. Cumprir, com atendimento cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral, a programação dos serviços fixada pela Administração.

6.3.5 Observar, além do disposto neste documento, outras atividades e procedimentos definidos pela Administração em regulamentos internos.

6.3.6 Exercer vigilância em todas as áreas, nas dependências interna e externa, quando for o caso, com rondas de rotina programadas nas vias de acesso, garagem e pátios, de forma a adotar os cuidados e providências necessários para o desempenho das funções e manutenção da tranquilidade, e, em especial, os seguintes procedimentos:

6.3.7 Verificar a existência de objetos, pacotes ou embrulhos suspeitos abandonados por ocasião da vistoria dos ambientes;

6.3.8 Controlar a entrada e saída de materiais e equipamentos, observando que os bens patrimoniais de propriedade da Contratante, só serão liberados mediante apresentação do Formulário de Autorização para Saída de Material, após serem vistoriados, sendo imprescindível a sua descrição e número do Patrimônio;

6.3.9 Acionar, de imediato, o Corpo de Bombeiros, se necessário, pelo telefone e apoiar a prestação dos primeiros socorros as possíveis vítimas;

6.3.10 Preencher corretamente todos os formulários de controle, assinando-os e colocando o número da matrícula, o nome do posto e entregá-los a unidade competente, ao término do turno; Efetuar vistoria em todo o ambiente do posto quando da troca de turno, acompanhado de seu substituto, comunicando-lhe todas as ocorrências, que deverão estar registradas em livro próprio de forma legível e de fácil leitura, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves, sob sua guarda.

6.3.11 Manter afixado no posto de vigilância, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades. Colaborar com as Polícias Civil e Militar do Estado, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Contratante, facilitando, da melhor maneira possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.

6.3.12 Permanecer em vigilância nos momentos de entradas e saídas de materiais pelo portão de carga e descarga, conferindo nas saídas a numeração do patrimônio, quando for o caso. Manter sob vigilância e controle a entrada e a saída de pessoas.

6.3.13 Encaminhar à recepção pessoas estranhas aos quadros do Órgão.

6.3.14 Prestar auxílio ao pessoal da recepção. Impedir a entrada de vendedores e pessoas não autorizadas.

6.3.15 Retirar do interior do prédio pessoas não autorizadas.

6.3.16 Manter contato visual e/ou via rádio com os vigilantes dos demais postos e do estacionamento.

6.3.17 Manter sob vigilância e rigoroso controle os veículos oficiais e particulares que estiverem nas garagens e estacionamentos do Órgão, fiscalizando a entrada e saída e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar.

6.3.18 Controlar a entrada e saída de materiais e bens não patrimoniais e reter as autorizações para a saída de bens pertencentes ao acervo patrimonial da Contratante.

6.3.19 Orientar visitantes, servidores e usuários dos estacionamentos, quando for o caso.

6.3.20 Impedir a entrada nas garagens e estacionamentos de veículos não autorizados.

6.3.21 Verificar quaisquer anormalidades com veículos, comunicando-as aos seus respectivos proprietários.

6.3.22 Atentar para quaisquer atitudes suspeitas na saída de pessoas em veículos ou a pé, tomando as medidas necessárias para impedir que ilícitos sejam praticados.

6.3.23 Informar, imediatamente, à chefia de segurança e à central de rádio sobre quaisquer anormalidades ou irregularidades, inclusive de ordem funcional, que possa vir a representar risco às pessoas ou patrimônio, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

6.3.24 Atender com prontidão quaisquer determinações do Órgão. Manter a guarda no posto. Abordar e identificar elementos suspeitos, comunicando a chefia de segurança de plantão da Contratante.

6.3.25 Revezar e apoiar outros postos, assumindo os encargos pertinentes em cada posto.

6.3.26 Atender a FISCALIZAÇÃO da Contratante nas suas rondas e chamados via rádio. Informar a chefia do serviço de plantão da Contratante qualquer alteração em seu posto.

6.3.27 Atender de imediato outras determinações do Órgão.

6.3.28 Registrar em livro de ocorrências os principais fatos relativos ao serviço.

6.3.29 Adotar medidas preventivas e repressivas diante de possíveis ataques aos servidores, funcionários e transeuntes que estiverem no Órgão, evitando exposição destes a situações de risco.

6.3.30 Apoiar, quando necessário, os demais agentes de segurança em situações relacionadas à segurança.

6.3.31 Estar apto a manejar e usar com eficiência armamento empregado na atividade especializada de segurança pessoal privada, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros.

6.3.32 Colaborar, nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando à manutenção das condições de segurança, conforme procedimentos e rotinas de trabalhos estabelecidos.

6.4 Da Jornada de Trabalho e dos Locais de Execução dos Serviços:

6.4.1 Os serviços de vigilância, armada, diurna e noturna, serão executados ininterruptamente, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis; por meio de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais, operação de sistemas de segurança; e rondas nas áreas internas e externas adjacentes da Unidade e pontos determinados pela contratante.

6.4.2 A contratada deverá obedecer aos normativos relativos ao intervalo intrajornada, bem como arcar com os eventuais custos decorrentes da ininterrupção dos serviços.

6.4.3 Caso o horário de expediente do Órgão seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova situação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para o quantitativo de postos, considerou-se a contratação atual, conforme quadro abaixo, tendo em vista que este quantitativo atende de forma eficiente a segurança patrimonial do Órgão.

LOCAL	OBJETO	Nº DE POSTOS	Nº DE FUNCIONÁRIOS
TERESINA/PI	Vigilância Patrimonial armada diurna 12x 36	2	4
TERESINA/PI	Vigilância Patrimonial armada noturna 12x 36	3	6
PARNAÍBA/PI	Vigilância Patrimonial armada diurna 12x 36	1	2
PARNAÍBA/PI	Vigilância Patrimonial armada noturna 12x 36	2	4
QUANTIDADE TOTAL		8	16

Para a definição dos insumos e uniformes tomou-se como base a vida útil, quantidades necessárias ao bom andamento da execução dos serviços, volume de trabalho e tempo de serviço.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.556.685,84

8.1 O valor inicialmente estimado das contratações é de R\$ 129.723,82 (cento e vinte e nove mil setecentos e vinte e três reais e oitenta e dois centavos) mensais e de R\$ 1.556.685,84 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil seiscentos e oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) anuais para os serviços a serem prestados na SR/PF/PI e na DPF/PHB/PI, totalizando o valor global contratual de R\$ 7.783.429,20 (sete milhões, setecentos e oitenta e três mil quatrocentos e vinte e nove reais e vinte centavos), com base nas pesquisas de preços.

8.1.1 Os valores foram devidamente orçados, conforme parâmetros descritos no 5.4, mais especificamente I, II e III do Art. 5º da IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

8.2 Os detalhamentos dos custos encontram-se na Planilha de Custos e Formação de Preços (40867837) e sintetizados no Mapa comparativo de preços (40889917).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Avaliou-se a possibilidade de parcelamento do objeto. No entanto, concluiu-se que o fracionamento não é viável nem vantajoso, considerando que todos os itens estão diretamente relacionados à prestação de um único serviço de segurança armada.

9.2 O serviço exige padronização nos procedimentos operacionais, unificação no comando e controle das equipes, e gestão contratual integrada, fatores essenciais para garantir a continuidade, eficiência e qualidade da segurança prestada. A contratação de diferentes fornecedores para partes dos serviços comprometeria a uniformidade dos protocolos de segurança, aumentando a complexidade da fiscalização.

9.3 O não parcelamento da licitação está fundamentada na necessidade de garantir maior eficiência, economicidade e qualidade na execução do contrato, conforme os princípios da Lei 14.133/21.

9.4 Logo, a contratação única pode gerar redução de custos administrativos, evitando gastos excessivos com múltiplos contratos e melhorando a eficiência financeira e operacional.

9.5 Desse modo os itens de serviços foram agrupados.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Considerando que a contratação é imprescindível às atividades do órgão podendo, sua paralisação, comprometer a continuidade das atividades nas unidades descentralizadas, caracteriza-se como serviço de natureza continuada, sempre licitado a cada período de cinco anos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A pretendida aquisição vai ao encontro com as ações estratégicas traçadas no Plano de Gerenciamento de Contratações 2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Os serviços de vigilância patrimonial justificam-se para garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio das unidades SR/PF/PI e DPF/PHB/PI. Informamos ainda que os serviços pretendidos se referem a cargos extintos, nos termos do Decreto 9507/18; Anexo I, do Decreto 9632/98; e § 2º, Art. 7º, da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG, e Portaria nº 443/MPDG, de 27 de dezembro de 2018. Assim os serviços a serem contratados constitui-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

12.2 Isto posto apresenta-se os benefícios a serem alcançados com a contratação.

12.2.1 Fornecimentos de um serviço de vigilância com melhor produtividade e agilidade no que tange a segurança das pessoas e patrimônio, com benefícios indiretos sendo a maior satisfação dos usuários;

12.2.2 Celeridade, de forma especializada, da execução de atividades meramente rotineiras, tendo como benefício indireto, o usuários com melhor capacidade laborativa;

12.2.3 Continuidade dos serviços prestados atualmente.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Em relação ao ambiente físico não há nenhuma necessidade de adequações para início das atividades desta tipologia de serviços. Contudo, faz-se necessário criar um cronograma de atividades, conforme descrito no quadro abaixo, para especificar cada tarefa que se faz necessária antes de dar início ao desempenho das atividades pela contratada, com o objetivo de regularizar a situação da empresa vencedora do certame, e apresentá-la para a equipe com a qual ela trabalhará durante a vigência contratual.

13.2 Cronograma de Atividades: Estabelecer data da assinatura do contrato Reunião com a empresa vencedora com participação do Gestor do Contrato, fiscais e Responsáveis da Contratada.

13.3 Início de contrato Reunião com os terceirizados Auditório da unidade sede, com a participação do Gestor do Contrato, fiscais e Responsáveis da Contratada e funcionários.

13.4 Dentre outra providência, destaca-se as de maior relevância: A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato: Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual; Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação; Definições dos locais onde serão armazenados os equipamentos da CONTRATADA; Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual, com acompanhamento rigoroso das ações previstas no Termo de Referência com vistas na qualidade da prestação dos serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Este Órgão demanda que a empresa a ser contratada deve obedecer, no que for possível, as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, registradas da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, notadamente em seu art. 5º.

14.2 Nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

14.2.1 Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

- a) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- b) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme parâmetros do Decreto Estadual nº 48.138, de 08/10/2003, do Estado de São Paulo;
- d) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

14.2.2 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

14.2.3 Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

- a) Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
- b) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
- c) Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os serviços elencados são tecnicamente viáveis, condicionados a disponibilidades orçamentaria.

A partir dos estudos realizados, declaramos viável a presente contratação, recomendamos a licitação na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, tendo com critério de julgamento o menor preço por item.

Nos termos do Art. 9º, XIII, da IN 58/2022 SEGES, esta equipe declara que os serviços, ora contratados, são adequados ao atendimento das necessidades da instituição.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAMILO MAGALHAES DA TRINDADE

Equipe de apoio

THOMAZ VICTOR BARROS ALBUQUERQUE

Equipe de apoio

MAYKELLANE SILVA SANTOS

Equipe de apoio